

Dívida externa: a hora da verdade.

José Carlos Graça Wagner, tributarista.

A verdade não-reconhecida, nem pelo governo nem pela oposição, é que a dívida externa brasileira não é passível de ser paga em moeda estrangeira. A proposta de moratória unilateral para deixarmos de pagar tanto a dívida como o seu serviço, durante cinco anos, junto com programa de pagamento em 20 ou 30 anos, é tão impossível de alcançar o objetivo como a carta de intenções assinada na última semana. A proposta da oposição é, portanto, também, uma carta de intenções sem a intenção de ser para valer. Uma espécie de primeiro tempo de um objetivo político não-revelado. Dois grupos disputam, consciente ou inconscientemente, a autoria do futuro e inevitável rompimento com o FMI: os que assinam uma carta suicida e os que propõem uma solução explosiva. O rompimento é inevitável porque não se alteram, com palavras e muito menos com intenções, a natureza das coisas. Se todos os homens vivos quisessem revogar a lei da gravidade e, depois de votá-la unanimemente, todos, a uma vez, pulassem da altura de 500 metros, estariam revogando a Humanidade mas não a gravidade. A gravidade da questão da dívida externa não pode ser revogada por tiradas demagógicas ou por jogadas de esperteza em demonstrar boas intenções para depois melhor justificar o calote, na tradicional figura do bonzinho que tentou tudo.

A primeira verdade é que a dívida só pode ser paga em cruzeiros. Outra verdade é que o Brasil, ainda que não desse um só dólar, estaria em dificuldades sérias, pois necessita de muitos — talvez de uns cem bilhões de dólares nos próximos dez anos, senão cinco — para se tornar viável, com economia auto-sustentável, capaz de deixar de ser peso para passar a ser parceiro no foro internacional e dar a sua contribuição — a contribuição do seu espírito específico — para a construção do século XXI.

Sem encarar de frente estas duas verdades, tudo será alicerçado na areia, faltando apenas saber-se sobre que cabeças desabarará o edifício.

Deve-se, de outro lado, perder-se a ilusão de que o peso específico atual do Brasil irá, fatalmente, conduzir a uma solução "generosa". Não devemos esquecer que assim como muitas vezes estabelecemos limites a alguns valores desejáveis, como no caso da "democracia possível", há também, para os outros, certos limites. Poder-se-ia falar em "generosidade possível". A questão mundial não permite gestos de bom-nocismo. Não custa lembrar que o Plano Marshall, que salvou a

Europa do isolacionismo econômico e da pobreza crônica — senão seria fatalmente anexada pela pobreza institucionalizada de um regime fortemente estruturado na União Soviética —, só foi possível depois da Guerra e não antes. Para bom entendedor, meia palavra basta.

O nosso atual poder de barganha não é a ameaça de calote, que se traduz numa evidente chantagem, a ser lembrada por séculos, na história universal, comprometendo a credibilidade das gerações futuras do nosso país. As "brasileiras" terão durabilidade maior do que "polonetas", no anedotário mundial.

O nosso poder de barganha está na própria Dívida Externa.

Os papéis que a representam, para recebimento em dólares, são tão imprestáveis quanto os papéis poloneses, fruto da "genialidade tática" dos nossos monopolizadores do saber técnico, entronizados pelo "positivismo à brasileira" e sustentados pelo nosso presidencialismo não-representativo.

Os nossos credores ou sabem ou devem saber disso. Sabem que tais papéis são incorríveis e são inegociáveis, fora das fronteiras brasileiras.

A única forma é investi-los aqui dentro. Trocá-los por ORTNs com cláusula de correção cambial, registrá-los como investimento estrangeiro e, dentro de um programa básico acertado entre eles e a Nação brasileira, investir em setores que se entenda não constituírem riscos para as atividades já existentes. Pelo contrário, devem ser programados em investimentos que ativem os setores produtivos ociosos e contribuam para eliminar o desemprego. Pode-se estudar concessões de serviços públicos em cidades pequenas e médias, carentes de tudo. Estradas de ferro, de rodagem, pontes, com concessão da exploração por cem anos. Pequenas usinas de eletricidade regionais ou municipais, mini-usinas de álcool, miniprojetos de escavação e pesquisa petrolífera, irrigação agrícola e eletrificação rural, especialmente no Nordeste. Minipostos pesqueiros, equipamentos citadinos, sistemas de águas e esgotos, telecomunicações municipais e rural e outras da mesma natureza. Sem prejuízo de se estabelecer condições quanto ao porte das empresas, constituídas internamente, e que evitem concentrações de capital além de certo nível.

Dir-se-á que os credores não terão interesse em investimentos no Brasil, mas esta é a única alternativa realista para os papéis que possuem. Do contrário, são meros papéis, para uso não-ortodoxo. A solução é torná-los

instrumentos de criação de novas riquezas que permitam no futuro pagar os próprios créditos transformados em capital de risco. Só se paga dívida com trabalho e não com recessão. Esta pode até levar, por falta de compradores e de produtores, à estabilização monetária, que exprimirá apenas a paralisação econômica, mas não gerará riquezas para a sobrevivência do povo e para o pagamento da dívida.

O credor estrangeiro não tem escolha. Na forma proposta, não se dará o calote mas não se pagará com moeda que inexistente. Pagar-se-á com ORTN e com oferta de vir trabalhar junto conosco para gerar a riqueza necessária, permitindo-lhe o lucro mas também, gradualmente, o retorno do capital. Pode ser inusitada a solução, mas não é inusitada a situação? Não houve de parte a parte um festival financeiro, um irrealismo econômico digno de um Kafka que não seja Alexandre? Por que agora lançar o castigo sobre um povo que não foi ouvido nem sequer comunicado das verdadeiras dimensões do megalomanismo de ambas as partes?

Do contrário, a "albanização" será inevitável. Ou sob o comando dos tecnocratas do governo, com o apoio dos nacionalistas de todos os matizes, especialmente dos esquerdistas que jogam no afastamento do Brasil do sistema ocidental, ainda que para tanto tenham de redimir, em praça pública e sob aclamações antiimperialistas, os responsáveis pelo nosso caos econômico, ou sob o comando dos tecnocratas da oposição, com a agravante da chatice ideológica que todos seremos obrigados a ouvir, nas aulas de doutrinação que todos seremos obrigados a assistir... os que sobreviverem à limpeza dos maus que serão, desde logo, remetidos ao inferno...

Ou os cem bilhões de dólares se transformam num fator de definitiva ocidentalização do Brasil, de sua modernização e da expansão do seu poder de criar dentro da liberdade de empreender, dando emprego e gerando riquezas, ou nos tornaremos em definitivo um país estatizado, com uma nomenclatura inafastável e pobreza crônica da população, numa "opção pela pobreza", generalizada e definitiva.

Esta é a hora da verdade, que não comporta nem Chamberlains nem Petains ou Lavals, mas exige Churchills e Sadats, capazes de romper com a mediocridade, mesmo quando apresentada em sua versão de "genialidade", que provém do muito ler, do pouco assimilar e do nada criar ainda que disfarçada pelo muito ironizar...